

# DF <sup>Mercado</sup> Parlamentares querem CPI do Avanço Brasília

GAZETA MERCANTIL

Rogério da Fonseca  
de Brasília

A liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa do Distrito Federal quer aprovar o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na execução do programa Avanço Brasília. O plano estadual de qualificação profissional executado pelo Governo do DF está sob investigação do Ministério Público, sob a suspeita de desvio de R\$ 9,5 milhões.

Em 1999, o Ministério do Trabalho repassou R\$ 24 milhões ao GDF. Segundo as investigações do Ministério Público a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (Sete), chegou a desviar 60% dos valores contratados com as instituições formadoras de mão-de-obra através de um esquema de propinas.

Uma das implicações do caso foi o pedido de exoneração do deputado federal Wigberto Tartucce (PPB-DF) do cargo de titular da Sete, na terça-feira passada, alegando que seu afastamento facilitaria as investigações.

Além da CPI, a bancada do PT pediu ontem ao Ministério Público que mova uma ação de improbidade administrativa contra o ex-secretário. Para aprovar a criação da CPI, a oposição - o requerimento também foi assinado pelos distritais Rodrigo Rollemberg (PSB), Alírio Neto (PPS) e por Adão Xavier do mesmo partido do ex-secretário - precisará de 13 dos 24 votos. "A Câmara Legislativa tem o dever moral de aprovar esta CPI. Os distritais têm de mostrar onde está o dinheiro e nas mãos de quem foi parar", diz o líder

da bancada do PT, Paulo Tadeu.

A tarefa não será fácil. Parlamentares governistas, como César Lacerda (PTB), afirmam que só votação pela criação da CPI se houver orientação expressa do líder do governo na Câmara, José Edmar. "Não acredito que haja envolvimento de políticos nisto. O Wigberto tem passado idôneo. Sou favorável à CPI, mas voto com a bancada, seguindo orientação do líder", afirma.

A primeira denúncia de malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é a fonte de financiamento dos planos de qualificação, envolve a Fundação Teotônio Vilela, que recebeu R\$ 3,5 milhões da Sete, mas não explicou sua utilização. O diretor executivo da Fundação, Geraldo Lessa, foi substituído.

Representante da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) no

Codefat, empresário Lourival Dantas, defende uma investigação mais ampla do tema: "Isto certamente será tema da próxima reunião do Codefat e defendo que se amplie a estrutura de fiscalização do uso de recursos"

A assessoria de imprensa do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, informou que o Ministério só suspenderá o repasse de recursos ao GDF se for comprovado o desvio de recursos. O ministério pediu à secretaria de Controle Externo do Ministério da Fazenda, uma investigação em caráter urgente. A comissão de apuração foi constituída na semana passada e o resultado deve ser apresentado em cinco semanas.

\* Da Gazeta Mercantil Distrito Federal. Colaborou Rodrigo Ledo

**"Os distritais têm de mostrar onde está o dinheiro e nas mãos de quem foi parar", diz o líder da bancada do PT, Paulo Tadeu**